

Independentemente dos seus efeitos práticos quanto ao mandato, a votação desta semana na Constituinte deve ser analisada no contexto mais abrangente e mais substancial do seu impacto sobre a política do País. Ela evidenciou a natureza do sistema de poder predominante, o qual diverge dos partidos formais, que não o exprimem. A nova correlação de poder advinda da votação do mandato na verdade é nova apenas como expressão, não como realidade política. A qualquer analista jamais escapou a visão de que os atuais partidos não expressavam o poder de fato, apenas apropriaram, por meio de acordos de cúpula ou de artifícios que mascararam resultados eleitorais, o poder formal. O poder de fato permanecia intacto em mãos da elite conservadora, não da esquerda como equivocadamente se pretendeu entender a partir das eleições de 86.

Os primeiros arroubos reformistas da Constituinte estimulavam-se numa leitura equivocada dos resultados eleitorais que propiciaram a vitória do PMDB e, dentro deste, subsistia também o equivoco adicional de se atribuir aos seus estratos esquerdistas uma força que efetivamente nunca tiveram na história política do País. As eleições de 86 foram desvirtuadas, na sua capacidade de exprimir o pensamento da sociedade, pela sobrevida artificial do Plano Cruzado, que agonizava quando as grandes massas eleitorais, ainda confiantes nele, foram

chamadas às urnas. A leitura incompleta deste fenômeno propiciou um desenvolvimento incorreto dos fatos políticos subsequentes, especialmente no âmbito da Constituinte, ocasionando sua imobilização, durante longo período, a verdadeira correlação de forças do sistema de poder existente no País. Só a partir dessa reaglutinação, que reciclou os resultados eleitorais, a Constituinte passou a funcionar. A UDR, gene do "Centrão", teve um papel fundamental nesse processo de recomposição da verdade política provisoriamente mascarada pelas eleições.

O presidente Sarney, sob o impacto das emoções advindas de um desdobramento imprevisível da política, que o catapultou subitamente para a liderança do processo, só mais tarde, quando a Constituinte começou a operar, compreendeu que o curso da história estava sendo mudado artificialmente. Ele não se ajustava ao estuário da verdade política do País. Passou então, muito sensatamente, a estimular a reaglutinação das forças que haviam sido usurpadas nas urnas de 86, ocasionando o desdobramento desta semana, cuja lição mais importante é a de que eleições não mudam o eixo do poder, apenas formalizam, ou exprimem, mudanças já operadas na realidade política. Quando aquelas se manifestam em desacordo com esta, a dinâmica do processo político, como agora, tende a reformá-las.

O presidente José Sarney tem agora a responsabilidade de es-

timular a conclusão do processo, fazendo com que se consolide, e até se formalize, a repartição real do poder pelos diferentes estratos sociais. Está claro que o segmento majoritário não é o da esquerda, aquele que pretendia eviscerar o País para lhe mudar o caráter e a vocação histórica. O segmento majoritário é o que se mantém fiel aos princípios e às idéias que até aqui nortearam o nosso desenvolvimento e a construção do caráter nacional. Esta constatação não invalida a crença, já agora uma certeza, de que a preservação dos valores fundamentais da nossa opção política exige a remoção de graves entulhos que se amontoaram ao longo de anos de comodismo, os quais por pouco não obscureceram o horizonte, confundindo a nossa verdadeira topografia. É preciso reformar a política e a sociedade não para lhes mudar o caráter, mas para preservá-lo e defendê-lo.

A opção política dos brasileiros é aquela que nos alinha com a comunidade internacional à qual estamos geopoliticamente ligados. Os passos em outra direção que chegamos a dar foram equívocos produzidos pela visão incorreta da nossa realidade, afinal restaurada. Cumpre agora restaurá-la inteiramente, inclusive no plano da Constituinte, cujo segundo turno oferecerá a oportunidade para a revisão de equívocos e ilusões. O presidente Sarney deve empossar-se na liderança desse processo para dar funcionalidade e consistência à nova aliança.

Alvaro Pereira

Hora de definição

Aprovado o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, o País entra numa fase de decompressão política. Sem entrar no mérito da decisão, pelos quatro ou cinco anos, o simples fato de a constituinte ter definido o mandato terá efeito positivo no encaminhamento dos principais problemas que afligem o Governo e a todos os brasileiros. De sua parte o presidente Sarney sabe, desde a última quinta-feira, que disporá de mais 21 meses para consolidar a transição política e contornar as dificuldades na economia. A essa altura, seu maior desafio será reverter a tendência inflacionária, mantendo um nível razoável de desenvolvimento econômico. Numa segunda fase, ele deverá coordenar o processo eleitoral que vai escolher o futuro presidente da República.

A definição pelos cinco irá influir, por exemplo, nas negociações com os credores e o FMI para o fechamento de um acordo na área da dívida externa. Trata-se de providência fundamental para restabelecer o fluxo de investimentos internos no País, interrompido desde que o presidente Sarney assumiu o governo de transição política. Da mesma forma, servirá de estímulo para que os empre-

sários nacionais possam também investir mais. A partir de uma conjuntura econômica mais clara, pode-se dizer que a definição do mandato e a perspectiva de encerramento dos trabalhos da Constituinte vão criando as condições ideais para que o País possa exorcizar o fantasma da crise econômica e social.

Resta o fantasma, menos assustador, da crise política. Poderá o presidente Sarney chegar a bom termo com seu Governo, ao longo desses próximos 21 meses? Ele disporá de apoio político, parlamentar e popular para concluir satisfatoriamente o seu mandato? Tudo vai depender, é claro, da forma como o Governo e o próprio presidente pretendem encaminhar a questão política. Os políticos mais ligados ao Governo respiram aliviados, após a decisão pelos cinco anos. Eles explicam que, a partir de agora, o presidente poderá contar com o apoio sólido do Congresso e dos governadores para imprimir uma política econômica de maior austeridade. E, uma vez implantada essa política, seus resultados deverão se refletir na imagem pública do presidente, desgastada desde as eleições passadas.

Nesse contexto, torna-se importante definir agora se haverá

eleições municipais em novembro deste ano, como prevê o calendário eleitoral. Por duas vezes o presidente teve oportunidade de afirmar que pretende realizar as eleições, na data prevista, como parte dos compromissos que assumiu ao início de seu governo. Vale lembrar, porém, que a decisão sobre a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos vai depender, principalmente, do que desejarem os próprios políticos.

Sabe-se que muitos deles, alguns com funções de liderança na Constituinte, gostariam de fazer coincidir as eleições municipais com as presidenciais em novembro de 89. Mas sabe-se também que essa não é, pelo menos por enquanto, uma posição majoritária. A grande maioria ainda se manifesta pelo cumprimento do calendário e contra uma prorrogação de mandatos que consideram aética e imoral.

Depois da definição do mandato de presidente, ficam os constituintes e o próprio Governo no dever de facilitarem uma decisão urgente também sobre essa questão eleitoral. Conhecidas as regras do jogo político, delinea-se um fator a mais de descompreensão, clareando o horizonte em que já se pode vislumbrar a disputa pela sucessão do presidente Sarney.